U.PORTO

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA

Migração, integração e convivência intercultural: um estudo de inspiração etnográfica no Porto

Ana Rita dos Santos Silva

M

2026

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

MIGRAÇÃO, INTEGRAÇÃO E CONVIVÊNCIA INTERCULTURAL: UM ESTUDO DE INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICA NO PORTO

Ana Rita dos Santos Silva

Outubro 2026

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia da Justiça e da Desviância, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora ***Marta Pinto*** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, a autora declara que recorreu a ferramentas de Inteligência Artificial durante o processo de elaboração deste trabalho. Em particular, utilizou-se o Claude para apoio à revisão da escrita, incluindo reformulação de frases, sugestões de organização textual e melhoria da clareza da redação. Foi também utilizada a ferramenta NotebookLM para apoio à consulta, organização e síntese da literatura científica previamente selecionada pela autora. O recurso a estas ferramentas limitou-se aos usos descritos, mantendo-se as ideias, a análise, a interpretação dos resultados, a elaboração científica e a redação inicial da Dissertação integralmente da responsabilidade da autora.

Agradecimentos

À minha mãe, que partiu cedo demais. Embora a tua ausência continue a deixar um vazio profundo, o tempo que partilhámos foi suficiente para me moldar na pessoa que sou hoje. Levo comigo muito de ti: a empatia, o carinho e o cuidado com os outros, mas também a persistência e a resiliência com que enfrentavas a vida. Sinto-te em mim, nos meus gestos, nas minhas escolhas e no modo como vejo o mundo. Continuas viva através de mim, e esta conquista é também tua.

Ao meu pai, pela presença constante e incondicional ao longo de todos estes anos. Obrigada por acreditares em mim, por seres o meu apoio nos momentos mais difíceis e por nunca deixares que me faltasse amor, segurança ou força para continuar. A tua presença é o meu grande porto de abrigo.

Aos dois, o meu amor e a minha gratidão mais profundos. Passaria por tudo outra vez só para ter a sorte de ser vossa filha.

Ao meu namorado, por seres uma das pessoas mais importantes da minha vida e por estares ao meu lado em cada etapa deste caminho. Obrigada por seres apoio, força e leveza, por cuidares de mim, acreditares em mim e tornares os dias difíceis mais fáceis. Sou profundamente grata por te ter comigo.

Aos meus amigos, pela presença, pelo apoio e pela motivação ao longo deste percurso, e por me lembrarem, tantas vezes, que existe vida para além da dissertação.

À Beatriz, por teres sido muito mais do que uma colega neste percurso. Obrigada por estares sempre presente, por toda a ajuda e por termos partilhado, entre tantas horas de trabalho, as dúvidas, o cansaço e também as conquistas. Ter-te ao meu lado tornou este caminho muito mais feliz e sou profundamente grata por tê-lo vivido contigo.

À minha orientadora, Professora Doutora Marta Pinto, pelo acompanhamento, disponibilidade e orientação ao longo deste percurso. Obrigada pela confiança que depositou em mim, pela liberdade que me deu para desenvolver este trabalho e pelas reflexões que contribuíram para o meu crescimento.

À Dra. Andreia e ao Centro Comunitário São Cirilo, pela oportunidade de voluntariado e pela forma como me acolheram, uma experiência fundamental para esta dissertação e para o meu crescimento pessoal.

A todas as pessoas que participaram neste estudo, pela disponibilidade, pelo tempo e pela generosidade em partilharem as suas experiências. Sem o vosso contributo, esta investigação não teria sido possível.

Resumo

O presente estudo analisa as experiências, necessidades e processos de integração de pessoas com historial migratório no Porto, atendendo às dinâmicas de convivência intercultural e às representações sociais sobre migração. Num contexto de crescimento da população estrangeira em Portugal e de aumento dos discursos anti-imigração, o trabalho procura ultrapassar leituras centradas na adaptação individual, considerando as condições institucionais, simbólicas e relacionais em que a integração se constrói.

Através de uma abordagem qualitativa, exploratória e de inspiração etnográfica, cruzaram-se quatro fontes: documentos, notícias, observação direta e participante e entrevistas semiestruturadas a 12 técnicos e informantes institucionais e a 15 pessoas migrantes, recrutados através de estratégias de amostragem intencional e bola de neve, no primeiro caso, e de conveniência e bola de neve, no segundo.

Os resultados evidenciam que o acesso a direitos elementares permanece condicionado por dinâmicas de fragmentação institucional próximas de formas de violência estrutural. A presença migrante é, paralelamente, atravessada por narrativas de ameaça, moldando o sentimento de pertença e segurança independentemente do contacto direto. Estas dinâmicas cruzam-se de forma desigual consoante nacionalidade, etnia, género e religião, revelando uma hierarquia de vulnerabilidade percebida que a categoria única de "migrante" oculta. Por fim, a proximidade física raramente gera proximidade relacional. No seu conjunto, os resultados sugerem que a integração é condicionada pela acumulação de camadas institucionais, narrativas, discriminatórias e relacionais. Os resultados apontam para a necessidade de acompanhamento institucional contínuo, investimento em espaços de contacto e investigação futura com desenhos exploratórios, longitudinais, amostras diversas e comparação entre territórios.

Palavras-chave: migração; integração; representações sociais; convivência intercultural.

Abstract

This study analyses the experiences, needs and integration processes of people with a migratory background in Porto, attending to the dynamics of intercultural coexistence and social representations of migration. In a context of growing resident foreign population in Portugal and increasing anti-immigration discourse, the study seeks to move beyond approaches centred on individual adaptation by considering the institutional, symbolic, and relational conditions in which integration is constructed.

Using a qualitative, exploratory approach with ethnographic inspiration, four sources were combined: documents, news content, direct and participant observation, and semi-structured interviews with 12 professionals and institutional informants and 15 migrants, recruited through purposive and snowball sampling in the former case, and convenience and snowball sampling in the latter. Data were analysed using Reflexive Thematic Analysis, resulting in the identification of four main themes.

The findings show that access to basic rights remains constrained by institutional fragmentation dynamics approaching forms of structural violence. Migrant presence is, simultaneously, shaped by narratives of threat, influencing feelings of belonging and safety regardless of direct contact. These dynamics intersect unevenly across nationality, ethnicity, gender, and religion, revealing a hierarchy of vulnerability that the single category of "migrant" obscures. Finally, physical proximity rarely generates relational proximity. Overall, results suggest that integration is constrained by the accumulation of institutional, narrative, discriminatory, and relational layers. The results point to the need for continuous institutional support, investment in spaces for intercultural contact, and future research using exploratory and longitudinal designs, diverse samples, and cross-territorial comparisons.

Keywords: migration; integration; social representations; intercultural coexistence.

Índice

Introdução 1
Migração, aculturação e integração 1
Representações sociais, ameaça e espaço urbano 2
Investigação sobre a migração em Portugal 4
Lacunas e objetivos do presente estudo 5
Método 6
Resultados e Discussão 11
Tema 1 – "As burocracias existem para que as pessoas não tenham acesso aos seus direitos": entre a falha institucional e o acesso condicionado a direitos 11
Tema 2 – "Vêm para aqui todos": a construção social da ameaça migrante 14
Tema 3 – "É como se eu fosse uma espécie de criatura de segundo nível": diversidade, interseccionalidade e camadas de discriminação 17
Tema 4 – "Tudo o que acontece, acontece separado": coexistência espacial e segregação relacional 20
Limitações e Investigações Futuras 23
Conclusão 24
Referências 27
Apêndices 36
Apêndice A 36
Apêndice B 37
Apêndice C 38
Apêndice D 41
Apêndice E 43
Apêndice F 44

Introdução

Migração, aculturação e integração

Nas últimas décadas, a intensificação da mobilidade humana tem transformado a composição social de muitas cidades, tornando-as espaços cada vez mais multiculturais. A migração compreende qualquer deslocação populacional através de uma fronteira ou dentro de um Estado, independentemente da sua extensão, causas ou estatuto legal, sendo a pessoa migrante aquela que se desloca de um país diferente do da sua nacionalidade ou residência habitual (Ordem dos Psicólogos Portugueses [OPP], 2025).

Portugal tem vivido um crescimento acentuado da migração: entre 2021 e 2025, a população estrangeira residente mais do que duplicou (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2026), com o Brasil a manter-se como a principal nacionalidade estrangeira, seguido por uma diversificação crescente de origens, sobretudo do subcontinente indiano (Agência para a Integração, Migrações e Asilo [AIMA], 2025). Esta tendência é particularmente visível na cidade do Porto, onde a população estrangeira residente mais do que triplicou entre 2011 e 2022 (Câmara Municipal do Porto, 2024).

O aumento da diversidade populacional levanta questões sobre os processos através dos quais pessoas com diversas referências culturais passam a partilhar os mesmos contextos. Para quem migra, este processo envolve a aculturação, definida por Berry (1997, 2013) como a adaptação cultural e psicológica resultante do contacto contínuo entre grupos de diferentes culturas, influenciada por fatores individuais, familiares, comunitários, políticos e sociais. A experiência migratória é, assim, também moldada pelo contexto sociopolítico da sociedade de acolhimento, nomeadamente pelas atitudes públicas, pelo clima de acolhimento e pela discriminação (Berry, 1997; Bronfenbrenner & Morris, 2006; Suárez-Orozco et al., 2018).

No modelo conceptual proposto por Berry (1997, 2013), a aculturação é conceptualizada como um processo bidimensional, articulando a manutenção da identidade de origem e a participação na sociedade de acolhimento, cujos cruzamentos definem quatro estratégias (integração, assimilação, separação e marginalização). Esta abordagem contrasta com os primeiros modelos unidimensionais, que assumiam que a adoção da cultura de destino implicava a rejeição da de origem – perspetiva hoje amplamente questionada na literatura, dado que a manutenção simultânea de vínculos com ambas as culturas está associada a maiores níveis de bem-estar e adaptação (Ferguson et al., 2023; Grigoryev et al., 2023; Sam et al., 2013; Sam,

2024). Compreender a integração implica, assim, ultrapassar uma leitura centrada na adaptação individual e atender às condições relacionais e contextuais em que esta se constrói.

Representações sociais, ameaça e espaço urbano

É nessas condições que assumem relevância as dinâmicas simbólicas que atravessam a sociedade de acolhimento: a integração é atravessada por narrativas públicas que podem moldar o sentimento de segurança e a experiência de pertença de quem migra (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Suárez-Orozco et al., 2018), destacando-se aquelas que associam migração a ameaça, perigo ou competição por recursos, influenciando o modo como a presença migrante é percecionada e vivida no quotidiano.

É no cruzamento entre estas perceções de risco e a vivência do espaço público que se consolida o sentimento de insegurança urbana, o qual não se reduz aos índices criminais, envolvendo transformações espaciais, económicas e simbólicas que tornam a experiência urbana numa experiência do *outro*: o desconhecido pode ser interpretado segundo uma hipótese predatória, isto é, antecipado como uma fonte potencial de perigo (Fernandes, 2004; Fernandes & Rêgo, 2011). Esta antecipação do risco tende a articular-se com processos de estigmatização social que associam a perigosidade a alteridade e vulnerabilidade económica, direcionando a suspeição sobre os grupos mais desfavorecidos, sustentando a ideia de que "os estrangeiros são tanto mais estrangeiros quanto mais pobres forem" (Garcia, 2000, citado por Fernandes, 2004, p. 104).

Os meios de comunicação e as redes sociais assumem um papel relevante neste processo: através da seleção, repetição e dramatização de eventos, produzem *rumores insecurizantes* que sobrevalorizam incidentes e projetam sobre grupos inteiros uma imagem de perigosidade persistente, mantendo elevada a perceção pública de risco, mesmo em contextos de criminalidade relativamente baixa, como Portugal (Fernandes & Rêgo, 2011). Esta insistência discursiva no crime – *fala do crime* – funciona também como sinal de incapacidade do Estado em garantir ordem e proteção, reforçando a associação entre migração e insegurança e podendo condensar-se em narrativas de crise – *pânicos morais* – nas quais ansiedades difusas são projetadas sobre figuras específicas convertidas em símbolos de ameaça coletiva (Cohen, 1972/2011). Esta concentração da inquietação social em alvos identificáveis pode deslocar o debate das causas estruturais e legitimar respostas imediatas e punitivas, inscrevendo-se numa tendência de maior orientação para o controlo coercivo (Fernandes, 2004).

Uma vez consolidadas, estas representações podem transformar-se em categorias duradouras: segundo a teoria da rotulagem, determinados coletivos passam a ser tratados como

portadores de risco enquanto categorias sociais, e não em função de comportamentos individuais, orientando práticas institucionais e consolidando suspeições no espaço público (Becker, 1963/1973). Esta estigmatização não se esgota no plano discursivo: ao ser reproduzida continuamente, pode materializar-se em desigualdade e exclusão, configurando formas de violência estrutural, quando instituições e políticas distribuem recursos de modo desigual, e cultural, quando repertórios simbólicos legitimam essa desigualdade (Galtung, 1969, 1990, 2004).

Este enquadramento ajuda a compreender dinâmicas do atual contexto sociopolítico português, marcado pelo crescimento eleitoral de partidos com discursos anti-imigração que normalizam posições xenófobas, associando migração a criminalidade, desordem e ameaça cultural (e.g., Henriques, 2025; Matos & Franco, 2025; Moreira, 2026), e pela maior visibilidade de grupos extremistas associados a episódios de violência contra pessoas migrantes no Porto (e.g., Ferreira, 2025; Henriques, 2024; Pinto, 2024). A perceção de ameaça realista – crença de que as pessoas migrantes competem por recursos escassos – medeia a relação entre incerteza face à imigração e intenções comportamentais hostis, intensificando-se em contextos de declínio económico (Alves et al., 2024b). Estas dinâmicas são alimentadas pela desinformação: a propagação de narrativas ficcionadas ou dados manipulados que, ao distorcerem a realidade factual, constroem ilusoriamente a pessoa migrante como uma ameaça à identidade, segurança ou recursos nacionais, reforçando preconceitos e corroendo a solidariedade social (OPP, 2025; Szakács & Bognár, 2021).

O impacto destas dinâmicas de estigmatização e perceção de ameaça atravessa também os espaços físicos partilhados no quotidiano, onde a integração se concretiza através das relações que se estabelecem, ou não, entre pessoas com e sem historial migratório. Esta dimensão urbana não pode, assim, ser compreendida apenas através de indicadores objetivos de coexistência, exigindo atenção ao modo como esses espaços são efetivamente usados e habitados (Whyte, 1980) e às oportunidades reais de contacto que neles se criam (Amin, 2002), uma vez que a proximidade espacial entre grupos não implica, por si só, igualdade de estatuto ou pertença social (Elias & Scotson, 1965/1994).

A integração de pessoas migrantes emerge, portanto, como um processo simultaneamente individual, relacional, institucional, social e espacial, cuja compreensão exige atender não apenas aos percursos e necessidades de quem migra, mas às representações sociais que atravessam a sua presença, às relações com a sociedade de acolhimento e ao contexto sociopolítico em que estas ocorrem.

Investigação sobre a migração em Portugal

Ao nível do acesso a serviços públicos, a investigação realizada em Portugal converge na identificação de dificuldades práticas apesar da garantia formal de universalidade, ainda que divirja quanto à sua origem – atitudes individuais de profissionais mediadas pela perceção de ameaça à saúde pública (Madeira et al., 2018), disfunções administrativas estruturais já presentes antes da pandemia (Mazzilli, 2022) ou entraves burocráticos ligados à transição do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para a AIMA (Casquilho-Martins et al., 2025) – com consequências particularmente relevantes entre crianças e adolescentes migrantes, para quem as urgências se tornam a via de acesso por defeito a cuidados de saúde mental (Inácio et al., 2025), e mesmo quando o acesso é conseguido, a literatura identifica formas de violência epistémica na prática psicológica através da despolitização do sofrimento associado ao racismo estrutural (Pinheiro et al., 2026). Assim, apesar da diversidade das explicações propostas, permanece um padrão comum: a existência formal do direito não garante a sua concretização efetiva.

Este caráter condicionado do acesso repete-se noutros domínios quotidianos. Na escola e na aprendizagem da língua, a investigação rejeita uma visão homogénea do "estudante migrante", evidenciando a importância de abordagens sensíveis à diversidade das experiências e valorizando o papel da língua de acolhimento na autonomia e no sentimento de pertença (Pinho & Ançã, 2022; Queirós et al., 2025; Campos & Peixoto, 2025), ainda que a sua aquisição mais rápida pelas gerações mais novas produza processos de mediação familiar inversa, com consequências para as dinâmicas do agregado (Dickinson et al., 2023).

Um conjunto significativo de estudos quantitativos tem procurado compreender os processos de adaptação psicológica e sociocultural de diferentes comunidades migrantes em Portugal, testando o modelo de aculturação de Berry (1997) (F. Neto, 2019, 2020, 2021; J. Neto et al., 2022; J. Neto & F. Neto, 2023) e apontando para o papel protetor da integração e para os efeitos negativos da discriminação percebida; outro conjunto analisa indicadores específicos de ajustamento psicológico, como a solidão na comunidade cabo-verdiana (Neto et al., 2022) e a satisfação global com a vida de migração em estudantes internacionais brasileiros (Neto, 2022).

A dimensão relacional é particularmente evidente na investigação sobre discriminação de mulheres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nomeadamente brasileiras, que mostra a acumulação de discriminação no trabalho, na habitação e na saúde mental (Oltramari et al., 2023; Pinheiro et al., 2026), com as microagressões, mais do que a

discriminação explícita, a predizer o agravamento de dificuldades socioculturais a médio e longo prazo (Piccinelli et al., 2025).

A literatura portuguesa tem também questionado o próprio conceito de integração mobilizado pelas instituições, com antecedentes no mito do luso-tropicalismo, associado à redução do preconceito flagrante sem eliminação das suas expressões subtis (Vala et al., 2008), e nos primeiros planos estatais de integração, orientados para a gestão da diversidade sem equivalente investimento na participação política e na partilha de poder de decisão (Costa, 2015), sendo esta discussão aprofundada ao nível epistemológico, problematizando as categorias através das quais o campo científico da migração em Portugal tem sido construído (Góis et al., 2022) e demonstrando como o próprio vocabulário oficial da integração pode mascarar assimetrias estruturais (Ciambellini et al., 2024); e psicossocial, evidenciando relações entre auto-incerteza subjetiva e identitária, perceções de ameaça realista e apoio a políticas anti-imigração (Alves et al., 2024a).

Lacunas e objetivos do presente estudo

No seu conjunto, esta produção evidencia que a integração é um processo multidimensional, condicionado por fatores institucionais, relacionais, psicológicos e sociais. Permanecem, contudo, algumas lacunas às quais a presente dissertação procura responder.

Primeiro, os estudos incidem tipicamente em domínios ou comunidades específicas, sendo menos frequente uma leitura transversal das diferentes dimensões do quotidiano de pessoas com historial migratório; o estudo procura articular as experiências, necessidades e recursos de pessoas migrantes em vários domínios de integração, atendendo às diferenças que a categoria única de "migrante" tende a ocultar. Segundo, é menos claro como as narrativas de ameaça e a proximidade espacial se relacionam com as experiências concretas de pertença, segurança e convivência de quem migra; analisa-se, por isso, esta relação e as dinâmicas quotidianas de proximidade, distanciamento e negociação com pessoas sem historial migratório. Terceiro, escasseiam os estudos que integram, no mesmo desenho, as perspetivas de pessoas migrantes e de atores institucionais: Dickinson et al. (2023) e Figura et al. (2024), em Itália, aproximam-se mas circunscrevem-se à saúde e à educação; cruzam-se aqui, por isso, as perspetivas de pessoas migrantes e de técnicos que trabalham com estas populações. Acresce que, nos estudos revistos, a investigação se concentra na Área Metropolitana de Lisboa, sendo Novo et al. (2023) uma exceção no Norte; a presente dissertação situa-se no Porto.

Estas lacunas traduzem-se no objetivo de compreender as experiências, necessidades e processos de integração de pessoas com historial migratório no Porto, atendendo às dinâmicas

de convivência intercultural e às representações sociais sobre migração que as atravessam, através de um desenho qualitativo, multimétodo e de inspiração etnográfica. Pretende-se que os resultados possam informar práticas e políticas de intervenção e contribuir para investigação futura.

Método

Desenho de Investigação

O presente estudo assume uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e inspiração etnográfica, não cumprindo, todavia, os critérios de imersão prolongada que definiriam uma etnografia propriamente dita (Hammersley & Atkinson, 2019). Apropria-se, contudo, de princípios centrais desta abordagem – o contacto direto com os contextos naturais, a atenção à perspetiva dos atores sociais, a reflexividade da investigadora e o recurso ao diário de campo (Emerson et al., 2011; Hammersley & Atkinson, 2019; Ruth et al., 2022).

A investigação assume uma lógica de *bricolage* metodológica (Kincheloe et al., 2011), combinando de forma flexível exploração documental, observação direta e participante e entrevistas, ajustadas às condições emergentes do terreno (Apêndice A). Esta triangulação procurou aprofundar a compreensão do fenómeno a partir de diferentes ângulos e níveis de análise, e não validar um resultado único (Emerson et al., 2011; Hammersley & Atkinson, 2019).

Objetivo e Questões de Investigação

Objetivo geral

Compreender as experiências, necessidades e processos de integração de pessoas com historial migratório em contexto urbano, atendendo às dinâmicas de convivência intercultural e às representações sociais sobre migração que as atravessam.

Questões de investigação (QI)

1. Como descrevem as pessoas com historial migratório o seu percurso de integração e as experiências que o caracterizam?
2. Quais são as principais necessidades e desafios identificados pelas pessoas migrantes no seu quotidiano e que recursos mobilizam para lhes dar resposta?

3. Como caracterizam os informantes institucionais e profissionais as dinâmicas de convivência intercultural nos seus contextos de intervenção e quais as necessidades e desafios que identificam junto das populações migrantes?
4. De que forma as representações sociais sobre migração se relacionam com as experiências quotidianas, os sentimentos de pertença e segurança e os processos de integração das pessoas com historial migratório?
5. Como percecionam e experienciam as pessoas com historial migratório a convivência intercultural no quotidiano, nomeadamente nas dinâmicas de proximidade, distanciamento e negociação com pessoas sem historial migratório?
6. Que necessidades e desafios comunitários emergem dos dados e que recomendações podem ser identificadas para informar futuras estratégias de intervenção orientadas para a integração e a coesão social?

Terreno e Participantes

O estudo foi inicialmente delimitado à Freguesia do Bonfim (Porto), por se posicionar como a segunda freguesia do concelho com maior proporção de residentes de nacionalidade estrangeira (INE, 2021) e pela visibilidade mediática recente de temas migratórios na área (e.g., Lusa, 2025; Oliveira, 2024; Panda, 2024).

Durante o trabalho de campo, as dificuldades persistentes de acesso a participantes e instituições nesta freguesia, apesar das múltiplas estratégias de contacto implementadas, conduziram a uma redefinição da unidade de análise. O foco deixou de incidir exclusivamente sobre o Bonfim, passando a abranger pessoas e instituições de outras zonas da cidade do Porto, selecionadas pela sua relevância para os objetivos do estudo e pela acessibilidade proporcionada pelas redes de contacto entretanto estabelecidas.

Esta adaptação é coerente com a natureza interativa e emergente do desenho qualitativo (Maxwell, 2013) e com a flexibilidade característica da investigação de inspiração etnográfica (Hammersley & Atkinson, 2019). Ainda assim, o Bonfim manteve-se como contexto relevante de recolha e observação, sem constituir o único espaço de investigação.

Em coerência com a estratégia de triangulação adotada, a investigação mobiliza quatro fontes complementares: (1) documentos institucionais e estatísticos; (2) notícias e conteúdos mediáticos; (3) observação direta e participante em espaços públicos, privados e institucionais; e (4) entrevistas semiestruturadas.

Participaram no estudo 12 técnicos e informantes privilegiados de instituições com intervenção na cidade do Porto junto de populações migrantes, das quais se destacam: Polícia

Municipal do Porto, Divisão Municipal de Gestão da Rede Social do Porto, Fios e Desafios, Qualificar para Incluir, MEERU, CLAIM Porto, Centro Porta Amiga do Porto (AMI), Habitação Hoje, Centro Cultural Islâmico do Porto e Associação Comunidade do Bangladesh.

Foram também entrevistadas 15 pessoas com historial migratório, na sua maioria provenientes do Brasil (n = 11) e ainda de Moçambique, Palestina, Equador e Sudão, com tempo de residência em Portugal entre os 2 e os 8 anos. O grupo de participantes é maioritariamente composto por mulheres (n = 11) (Apêndice B).

O recrutamento dos informantes institucionais combinou amostragem intencional, através da identificação de instituições com intervenção junto de populações migrantes na cidade do Porto, e amostragem em bola de neve, mediante indicações fornecidas pelos próprios informantes. O recrutamento das pessoas com historial migratório seguiu uma lógica semelhante, combinando amostragem por conveniência, a partir de relações pessoais preexistentes, e bola de neve (Hammersley & Atkinson, 2019; Maxwell, 2013).

Adicionalmente, o envolvimento da investigadora como voluntária no Centro Comunitário São Cirilo facilitou o contacto com novos participantes de forma mais orgânica e contextualizada (Emerson et al., 2011; Hammersley & Atkinson, 2019; Maxwell, 2013).

Procedimentos de Recolha de Dados

Numa primeira fase, realizou-se uma exploração inicial de notícias, documentos institucionais e dados estatísticos, considerando estes materiais como produtos sociais que refletem determinados enquadramentos sobre a realidade (Hammersley & Atkinson, 2019). Atendendo à sua natureza pública e documental, distinta da espessura relacional dos dados recolhidos no terreno, estes materiais foram mobilizados sobretudo enquanto enquadramento contextual e referente analítico para o confronto com as narrativas de terreno, não assumindo o estatuto de corpus submetido a codificação temática autónoma.

Numa segunda fase, desenvolveu-se o trabalho de campo através da realização das entrevistas e observação direta e participante.

Entrevistas

Utilizaram-se guiões flexíveis (Apêndices C e D), adaptados ao tipo de participante e à natureza da intervenção de cada instituição, permitindo formular e refinar questões ao longo do encontro e acompanhar os temas considerados mais relevantes pelos interlocutores (Hammersley & Atkinson, 2019; Ruth et al., 2022). A informalidade foi especialmente

importante para estabelecer confiança e explorar temas que dificilmente seriam verbalizados em contextos formais; ainda assim, após uma breve explicação dos objetivos do estudo e da utilização dos dados, foi solicitado consentimento oral para a utilização das informações recolhidas (Emerson et al., 2011; Pink, 2015).

Observação e registo de dados

A observação permitiu estudar ações e interações em cenários naturais e apreender significados a partir dos contextos quotidianos (Emerson et al., 2011; Fernandes, 2002; Hammersley & Atkinson, 2019), em diferentes momentos do dia e da semana. Em espaço público, incidiu sobretudo sobre dinâmicas gerais de utilização do espaço e atmosferas sociais, de forma predominantemente passiva e respeitando o princípio da desatenção civil, sem individualizar pessoas (Hammersley & Atkinson, 2019).

Distinguiram-se duas etapas: uma primeira, de observação direta, mais naturalista e menos imersiva; e uma segunda, após o início do voluntariado no Centro Comunitário São Cirilo, de observação participante mais imersiva e relacionalmente próxima. Esta dupla via permitiu articular a naturalidade da posição de não interveniente com a profundidade relacional e o acesso a significados mais implícitos proporcionados pela participação.

Privilegiou-se o diário de campo, através de *jottings* – notas breves tomadas no momento ou logo após as interações – posteriormente desenvolvidos em notas de campo detalhadas no próprio dia, procurando preservar a precisão dos acontecimentos e reduzir distorções de memória (Emerson et al., 2011; Fernandes, 2002).

O diário foi estruturado em categorias temáticas – contexto espácio-temporal, descrição do espaço e das pessoas presentes, ações e discursos observados e reflexões analíticas – distinguindo, ao longo do registo, a observação da sua leitura interpretativa (Apêndice E) (Fernandes, 2002; Neves & Fernandes, 2001) e dialogando com a tradição da observação participante em contextos urbanos, atenta à organização do espaço e aos padrões de sociabilidade (Whyte, 1980).

Procedimentos de Análise dos Dados

Os dados provenientes das entrevistas e da observação direta e participante foram analisados através da Análise Temática Reflexiva (ATR) (Braun & Clarke, 2022). Em coerência com a estratégia de triangulação, as diferentes fontes foram articuladas

transversalmente em torno dos padrões de significado identificados, permitindo compreender como se complementavam, convergiam ou divergiam.

A análise decorreu de forma recursiva, envolvendo a familiarização com os dados, codificação sistemática – inicialmente mais semântica e, posteriormente, mais latente –, organização dos códigos em *clusters* e temas candidatos, revisão e refinamento dos temas quanto à sua coerência, distinção e relevância para as questões de investigação e, por fim, a definição, nomeação e desenvolvimento dos temas, dando origem à narrativa analítica final (Braun & Clarke, 2022).

A ATR mostrou-se adequada à natureza qualitativa, exploratória e multimétodo do estudo, permitindo articular a apresentação e discussão dos resultados e valorizando a reflexividade ao longo do processo (Braun & Clarke, 2022).

Considerações Éticas, Rigor e Reflexividade

A investigação obteve parecer favorável da Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Ref.ª 2026-05-09b) (Apêndice F).

A recolha de dados foi realizada através de notas de campo escritas, sem gravações de áudio ou vídeo e sem recolha de dados pessoais identificáveis. Sempre que houve interação direta com finalidade de recolha de dados, foi solicitado consentimento oral após explicação breve dos objetivos do estudo. Em espaço público, dada a impraticabilidade de obtenção de consentimento individual de todos os presentes, a observação foi predominantemente passiva, respeitando o princípio da desatenção civil (Hammersley & Atkinson, 2019). Os registos evitaram a identificação direta ou indireta de pessoas, estabelecimentos ou locais, recorrendo a descrições generalizadas e a pseudónimos sempre que necessário.

A análise privilegiou uma perspetiva *emic*, valorizando as categorias e os termos dos próprios participantes e evitando categorias simplistas baseadas em idade ou etnia, suscetíveis de reforçar estigmas (Emerson et al., 2011; Hammersley & Atkinson, 2019), com particular atenção à minimização de danos reputacionais para participantes, instituições e locais, considerando o caráter sensível dos discursos públicos sobre migração.

O papel da investigadora como *marginal native*, simultaneamente próxima e distante dos contextos observados, foi objeto de reflexão contínua e documentado nas notas de campo, atendendo ao seu impacto sobre o que era observado e interpretado (Emerson et al., 2011; Hammersley & Atkinson, 2019).

Ao longo do processo, decisões metodológicas, estratégias de terreno e interpretações preliminares foram discutidas em reuniões de supervisão com a orientadora e colegas e

documentadas num *audit trail*, constituindo um espaço de reflexão crítica para identificação de possíveis enviesamentos e reforço do rigor do estudo.

Por fim, ao longo e no final do processo de análise, recorreu-se à *checklist* de 15 pontos proposta por Braun e Clarke (2022), enquanto instrumento de reflexão e verificação da qualidade da ATR. Recorreu-se ainda à *checklist* COREQ (Tong et al., 2007), enquanto instrumento de verificação da transparência e qualidade do relato metodológico do estudo.

Está também prevista a devolução dos resultados aos participantes através de um resumo em linguagem acessível.

Resultados e Discussão

A ATR permitiu identificar quatro temas principais, que seguem um percurso da exclusão estrutural, às narrativas que a legitimam, às suas camadas diferenciadas de discriminação e, por fim, ao modo como, mesmo na ausência de hostilidade, a coexistência espacial raramente se traduz em convivência real.

Tema 1 – "As burocracias existem para que as pessoas não tenham acesso aos seus direitos": entre a falha institucional e o acesso condicionado a direitos

A integração de pessoas com historial migratório é muitas vezes descrita como um processo de adaptação individual e cultural: aprender a língua, adotar códigos locais, procurar emprego, contribuir e construir relações sociais (Berry, 1997; Chauvin & Garcés-Mascareñas, 2014). Os dados apontam, porém, para a relevância das condições institucionais: "Já não é fácil abdicar da sua vida e os serviços ainda dificultam mais a integração" (MIG2); "A diferença no acesso a serviços é um facto. Os migrantes enfrentam muitos mais obstáculos" (INST3). As dificuldades associadas aos serviços foram recorrentes nos relatos, o que sugere que parte do que condiciona a integração se relaciona com o modo como as instituições respondem às necessidades das pessoas migrantes.

Os informantes descrevem um modelo em que o encaminhamento se sobrepõe ao acompanhamento direto: "Apoio e acompanhamento social não é de forma direta (...) encaminhamento para estruturas do município se houver atestado de residência ou associações da sociedade civil se não houver" (INST12). Referem também falhas de comunicação ("Não há comunicação e parceria entre serviços e dentro do próprio serviço", INST3) e uma dependência de organizações não governamentais ("Ficam dependentes de ONGs para

receberem apoio, porque as instituições financiadas pelo Estado só podem apoiar migrantes já regularizados", INST8). Da perspetiva dos participantes migrantes, o retrato é semelhante: "Funcionamento dos serviços é muito desorganizado (...) falta informação clara" (MIG1). O padrão é consistente com estudos realizados noutros contextos de intervenção com população migrante em Portugal, que identificam défices de articulação entre serviços (Casquilho-Martins & Matela, 2021).

A discricionariedade dos profissionais pode definir, na prática, o acesso aos direitos (Lipsky, 1980/2010). Os relatos descrevem atendimentos e decisões que variam consoante o profissional: "Nos serviços, o atendimento é muito dependente da pessoa que está trabalhando naquele momento" (MIG4); "As próprias pessoas que analisam os processos são diferentes, podendo resultar em decisões diferentes para casos semelhantes" (INST12). A espera surge também como obstáculo: "O tempo das instituições não é o tempo de urgência das pessoas" (INST4), podendo funcionar como mecanismo de subordinação, obrigando quem procura apoio a aguardar, justificar a necessidade e demonstrar merecimento (Auyero, 2012). Um registo de campo (15/07/2026) ilustra esta dinâmica: uma profissional explica a uma pessoa migrante sem documentação regularizada que, "devido ao elevado número de pedidos e à escassez de respostas disponíveis, o apoio poderá demorar algum tempo". A pessoa encontrava-se sem rede de apoio e a dormir na rua, referindo que o salário não lhe permitia arrendar um quarto; estava numa lista de espera para um centro de acolhimento, aguardando uma entrevista formal e, posteriormente, uma resposta no prazo de cinco dias.

O acesso a direitos envolve, ademais, exigências que consomem tempo e recursos. Os participantes referem a necessidade de testemunhas locais para obter o atestado de residência ("Migrantes precisam de duas testemunhas de pessoas da zona para o atestado de residência", MIG4) e deslocações entre serviços e cidades ("Tivemos de ir a várias cidades para resolver a questão dos documentos", MIG1). MIG1 relaciona este esforço com a menor disponibilidade para outras dimensões da integração: "Como todas essas exigências demandam tempo, não sobra disponibilidade para relações".

Vários participantes descrevem os procedimentos como desnecessariamente complexos ("Documentos (...) muita burocracia desnecessária", MIG3), enquanto dois informantes lhes atribuem uma finalidade: "As burocracias existem para que as pessoas não tenham acesso aos seus direitos" (INST4); "As burocracias servem para dissuadir as pessoas de receberem apoio" (INST12). Os dados não permitem avaliar essa intencionalidade, mas mostram que esta interpretação surgiu em contextos distintos. A evidência de atrasos administrativos anteriores a conjunturas de crise (Mazzilli, 2022) dificulta a leitura destas situações como falha pontual e,

à luz de Galtung (1969, 1990) e da produção institucional da irregularidade (De Genova, 2013; Morán, 2018), os resultados são compatíveis com uma leitura da irregularidade migratória enquanto violência estrutural (Lipsky, 1980/2010).

A comunicação atravessa as restantes dimensões por também condicionar o acesso aos serviços. As instituições apontam a língua como entrave ("O idioma é um entrave para a integração social e o contacto com os próprios serviços", INST3), contudo, um informante sublinha que a dificuldade transcende o idioma: "Muitas vezes, nem as pessoas portuguesas com menos habilitações literárias percebem o português mais eloquente típico da comunicação com estas instituições, imagina os migrantes" (INST9). Esta leitura sustenta a ideia de que a dificuldade se constrói na interação entre a pessoa migrante e quem a atende, e não como incapacidade individual (Lipsky, 1980/2010; Nordberg & Simola, 2025). Nalguns casos, a assistência foi recusada ("At the health centre, they told me: 'If you don't speak portuguese, we can't talk to you'", MIG15), e os recursos de tradução descritos como limitados: num registo de observação (04/08/2026), uma pessoa migrante com domínio reduzido do português e inglês viu o processo dificultado pela incompreensão dos procedimentos, levando a profissional que a acompanhava a recorrer ao tradutor do telemóvel. A escassez de recursos estruturados de tradução pode transferir para o indivíduo uma responsabilidade que decorre, em parte, de uma insuficiência institucional (Nordberg & Simola, 2025). A língua emerge também associada a dificuldades nas relações sociais ("Como um imigrante vai aprender português sem falar português com ninguém?", MIG10). A literatura relaciona esta dependência e menor controlo sobre o próprio processo com sentimentos de desvalorização e desumanização (Auyero, 2012; Morán, 2018; Nordberg & Simola, 2025), que também surgem nos relatos: "Na AIMA, te tratam que nem um animal" (MIG4).

Na habitação, os relatos juntam dificuldades que afetam a população em geral, como escassez de oferta e os preços elevados, a formas de exploração que, segundo os participantes, atingem particularmente pessoas migrantes: "Nunca tive um contrato, ninguém quer fazer" (MIG4); "Temos casos de proprietários que cobram renda e caução e, muitas vezes, expulsam as pessoas de casa" (INST9). As entrevistas registam, ainda, experiências de discriminação: "Nobody wanted to rent to us" (MIG15); "Um senhorio disse à minha mãe que enquanto Portugal não mudar de cor, está tudo bem" (MIG14); "Chegaram a me rejeitar por ser brasileira, então o meu namorado, que é português, passou a ligar para os lugares" (MIG3). Na literatura, têm sido documentados processos de discriminação no acesso à habitação (Acolin et al., 2016), bem como a hipersexualização de mulheres brasileiras enquanto fator de exclusão habitacional (Oltramari et al., 2023). Outra forma de exclusão prende-se com a invisibilidade das pessoas

em situação irregular nas contagens oficiais de pessoas sem-abrigo ("Estatuto de sub cidadão (...) nem sem-abrigo podem ser", INST8), que pode limitar o seu reconhecimento institucional (Auyero, 2012).

No emprego, os relatos combinam desvalorização das qualificações de origem e discriminação: "Nós tínhamos um senhor que era socorrista em Marrocos e que veio para Portugal, mas não conseguiu equivalência, por isso, apesar das suas qualificações, tinha trabalhos precários" (INST8); "Trabalhei numa empresa que dava orientações para não contratar brasileiros, sendo que eu sou brasileiro" (MIG2). MIG11 relaciona a ausência de alternativas com a aceitação da precariedade: "Companies know they can pay us less and we'll accept because it's all we have" – perspetiva consistente com a literatura sobre a desvalorização das qualificações (Araujo, 2009; Nordberg & Simola, 2025; Teixeira & Dias, 2018) e a subordinação da força de trabalho migrante (De Genova, 2013; Morán, 2018).

O acesso a cuidados de saúde emerge associado à situação documental e à desinformação dos próprios serviços (Mazzilli, 2022; Teixeira & Dias, 2018): "Muitas vezes, dizem que os migrantes não têm direito a cuidados por não estarem regularizados, o que é falso (...) inventam coisas que não estão na lei" (INST12). MIG11 descreve uma experiência semelhante: "Healthcare is super difficult (...) I went to the health centre and she told me I had to wait until someone died so I could have a spot".

Estes domínios convergem na condicionalidade do direito ao apoio, que parece depender da demonstração de utilidade ou de mérito. Um informante refere que "muitos migrantes, apesar de trabalharem e contribuírem, como não são regulares, não têm acesso aos serviços sociais" (INST3); MIG1 conta que, quando o marido ficou desempregado, "não teve direito a subsídio de desemprego apesar de contribuir"; e MIG2 afirma pagar mais na faculdade "para provar que os imigrantes não têm privilégios". Outro informante acrescenta que "os imigrantes que fazem asneiras e não trabalham também são culpados por esta tensão" (INST11). Os exemplos parecem aproximar-se da *economia moral do merecimento* (Chauvin & Garcés-Mascareñas, 2014; Morán, 2018), segundo a qual a legitimidade da presença migrante depende de uma prova contínua de merecimento. Em conjunto, os resultados descrevem um direito que existe formalmente, mas cujo exercício surge condicionado por entraves administrativos, comunicacionais e sociais.

Tema 2 – "Vêm para aqui todos": a construção social da ameaça migrante

A integração de pessoas com historial migratório aparenta estar associada ao modo como a presença migrante é narrada no espaço público: as narrativas sociais podem enquadrar a

perceção da presença migrante e as experiências de segurança e pertença (Berry, 1997; Bronfenbrenner & Morris, 2006; Becker, 1963/1973; Cohen, 1972/2011; Fernandes & Rêgo, 2011).

Num registo de observação (04/11/2025), uma senhora comentou com outra, junto a um grupo de estafetas e em tom de desaprovação: "Isto agora é assim, vêm para aqui todos". No momento observado, os estafetas, na sua maioria migrantes, permaneciam no local, sem qualquer interação conflituosa ou comportamento disruptivo visível. Noutro registo (24/01/2026), a presença surgiu associada à insegurança: "Agora isto está muito perigoso (...) Com estes marroquinos e pessoas que não são do nosso país". Em ambos os episódios, nenhum comportamento concreto dos presentes foi observado, sendo a presença migrante enquadrada negativamente em situações quotidianas de copresença. Estes registos podem ser interpretados em relação ao conceito de *pânico moral* de Cohen (1972/2011), segundo o qual ansiedades sociais difusas se projetam sobre grupos específicos, convertidos simbolicamente em ameaça coletiva.

As entrevistas introduzem formulações semelhantes, próximas de *rumores insecurizantes* (Fernandes & Rêgo, 2011): "Narrativas de perigosidade e criminalidade" (INST3); "Dizem que os indianos são violadores e os brasileiros são ladrões e assassinos" (INST12); "Violência aumentou devido às pessoas migrantes (...) Até uma amiga minha me disse que agora Portugal é mais perigoso" (MIG3). Alguns migrantes distinguem a narrativa da experiência: "Cartaz do Chega associa criminalidade a migrantes (...) Eu me sinto seguro, para mim quase não há criminalidade" (MIG6); "[Local] com tensões pontuais entre migrantes, mas é tranquilo (...) Não bate certo com as notícias" (MIG7); "I have heard [local] is the most dangerous area, but I have walked to [local] where I live and don't feel afraid" (MIG11). A distância entre narrativa e experiência relatada pelos participantes é compatível com a literatura sobre a construção social da ameaça, na qual acontecimentos, grupos ou características visíveis podem ser associados ao risco independentemente de uma experiência direta de perigo (Cohen, 1972/2011). Um informante caracteriza a associação entre migração e criminalidade como uma forma de "desumanização" (INST9), leitura que se aproxima da teoria da rotulagem, segundo a qual determinados coletivos passam a ser persistentemente rotulados como risco independentemente da conduta individual (Becker, 1963/1973), e da noção de violência cultural, que permite analisar de que modo estas narrativas podem legitimar assimetrias sociais (Galtung, 1990).

Uma segunda formulação associa a presença migrante à distribuição de recursos. Num registo de observação (14/07/2026), uma senhora comentou com outra: "Dão tudo a uns e

depois os que são de cá não têm nada". Nas entrevistas, os informantes identificam e contestam esta narrativa, que atribuem a uma perceção de desvantagem: "Rumores sobre imigrantes terem mais privilégios, por exemplo, mais vagas nas creches ou prioridade, são mentira (...) Apresentam este discurso de estarem em desvantagem face aos migrantes" (INST3). As pessoas migrantes relatam, por sua vez, acusações de competição laboral e de dependência de apoios sociais ("Dizem que os imigrantes roubam emprego", MIG7; "Discursos sobre vivermos de subsídios (...) roubar trabalho", MIG14) e de responsabilização pela situação económica ou social ("Quando as pessoas estão insatisfeitas com o país, culpam os migrantes. São como uns bodes expiatórios", MIG12).

Outras formulações remetem para uma perceção de ameaça cultural ("Não vêm para se adaptarem, mas sim para impor a sua cultura", INST4; "A Europa está a ser invadida", MIG12), também presentes na comunicação política de campanhas anti-imigração (e.g., Castro, 2025). Nestas narrativas, a presença migrante surge enquadrada como fonte de ameaça, seja pela associação ao crime e à insegurança, seja pela crença de competição por recursos ou pela ameaça cultural – construção que pode ser relacionada com processos de categorização intergrupal descritos por Tajfel e Turner (1979). Todavia, os dados não permitem concluir que estas narrativas sejam homogéneas nem que produzam os mesmos efeitos em todas as pessoas; permitem, antes, identificar diferentes formas através das quais a presença migrante é abordada no discurso quotidiano e institucional.

Os participantes identificam três canais de circulação: os *media* ("As narrativas dos *media* amedrontam", INST4), as redes sociais ("Nas redes sociais é maluquice (...) em qualquer *post* de notícia há sempre comentários a culpar os imigrantes", MIG4) e o discurso político ("Os discursos políticos dão mais liberdade para que as pessoas ajam assim", MIG10; "Estas narrativas sobre imigração são um jogo de interesse (...) ganho político (...) afastam as pessoas e desviam a atenção do que importa", MIG1). As notícias analisadas contextualizam estas perceções, documentando a visibilidade crescente de grupos extremistas associados a ataques a pessoas migrantes (e.g., Ferreira, 2025; Henriques, 2024; Pinto, 2024) e a presença, no debate político, de associações entre migração, criminalidade, ameaça cultural, invasão e acesso privilegiado a apoios sociais (e.g., Henriques, 2025; Matos & Franco, 2025; Moreira, 2026).

Segundo os participantes, estas narrativas podem persistir perante informação ou experiências contrárias. Um informante refere que "o pior é que quando se contrapõe essas narrativas com factos, as pessoas não mudam" (INST3), e MIG8 descreve como qualquer comportamento é lido considerando estereótipos prévios: "Pessoas já têm estereótipos, qualquer comportamento os confirma". Estes relatos são compatíveis com a literatura sobre a

persistência das representações perante informação contrária (Cohen, 1972/2011). Aliás, a teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 1979) demonstra como a categorização intergrupal atua como um filtro, fazendo com que a pertença grupal oriente a interpretação do comportamento do outro grupo.

A contestação destas narrativas é descrita como uma tarefa que exige voz: "Alguém tem de dizer que é falso" (INST11). Segundo este informante, essa responsabilidade caberia a uma representação institucional, e não às pessoas migrantes. É, porém, frequentemente a própria comunidade que a assume: "Tentamos mudar perspetivas (...) É muito difícil, mas não se pode desistir (...) Recebemos escolas no [local], vamos a atividades com outros representantes de outras religiões, já fomos à televisão (...) diálogo interreligioso" (INST10). A mesma instituição descreve também apoio alimentar, ajuda no pagamento de rendas, apoio jurídico e mediação no acesso à saúde, práticas que constituem, nos relatos recolhidos, formas de apoio à comunidade que coexistem com as limitações institucionais identificadas no tema anterior.

Nos relatos dos participantes, as narrativas sociais surgem ligadas à experiência de pertença e às relações com os outros ("Como você é imigrante, você já vai com receio do outro lado e isso impede que as pessoas se conheçam além dos estereótipos", MIG12). MIG2 associa a exposição continuada a comentários hostis a um "sentimento de que não sou bem-vindo, de que não pertenço". Noutros relatos, a relação com a pertença aparenta ser menos linear: "Quando comecei a sentir que pertencia um pouco à comunidade, isso me lembrou de que sou só um imigrante" (MIG4); "Não me sinto excluída, mas também não me sinto parte da comunidade" (MIG7); "Gosto de aqui e me identifico, mas não sinto que pertenço (...) é mais adaptação do que pertencer" (MIG13). A pertença parece, assim, coexistir com uma posição ainda percecionada como incompleta ou condicional.

Tema 3 – "É como se eu fosse uma espécie de criatura de segundo nível": diversidade, interseccionalidade e camadas de discriminação

Embora as pessoas com historial migratório tenham sido tratadas, até ao momento, como um grupo relativamente homogéneo, a literatura sobre interseccionalidade indica que género, etnia, religião e origem se cruzam e podem associar-se a experiências de discriminação distintas (Crenshaw, 1991; Cole, 2009). Este tema descreve essas diferenças, desde a hierarquia percecionada entre grupos migrantes até aos custos psicológicos da exposição continuada.

Os participantes descrevem uma espécie de hierarquia de vulnerabilidade, na qual a posição de cada grupo é percecionada como variável e a acumulação de marcadores de

diferença se associa a maior exclusão: “Maior foco nos marroquinos e indianos (...) sofrem mais discriminação” (MIG5). Um informante reporta um padrão semelhante (“Discurso negativo mais direcionado para indianos, bengalis e marroquinos. Os brasileiros atualmente incomodam menos”, INST4). Alguns participantes descrevem a sua posição não como ausência de discriminação, mas como alívio comparativo (“Melhorou um pouco com os brasileiros porque escolheram outro alvo (...) os indostânicos”, MIG6). Este deslocamento do alvo parece interiorizado também entre algumas pessoas migrantes: “As pessoas começam a enxergar um padrão e ficam com medo, até mesmo os próprios migrantes (...) conheço imigrantes brasileiros que têm medo de apanhar um *Uber* com indianos” (MIG14). Os relatos são compatíveis com dados que apontam níveis distintos de hostilidade percebida consoante a origem (Costa-Lopes et al., 2024, citado por OPP, 2025), sugerindo que a categoria única de “migrante” pode ocultar experiências profundamente desiguais (Crenshaw, 1991).

A cor da pele introduz outra diferenciação, inclusive entre pessoas da mesma origem nacional: “I think it’s because I’m white. My friend who has dark skin has heard lots of comments” (MIG11). Outros participantes relacionam a cor com vantagens ou desvantagens relativas: “No Brasil, eu sou lida como parda. Sei que em Portugal tenho mais facilidade por ter a pele mais clara” (MIG5); “Sou branca de olhos claros (...) essa preocupação [com a segurança] não é tão dirigida a mim (...) amigos atacados na [local] por grupos xenófobos” (MIG12). Para MIG8, ser lido como corpo racializado implica vigilância constante (“Isso está intrínseco à pessoa preta (...) andar sempre com cuidado”) e desrespeito pelo espaço pessoal (“Pessoas acham que podem fazer o que quiserem com esse corpo”), descrição próxima do conceito de *space invaders,* que designa a perceção de certos corpos como fora de lugar em espaços socialmente codificados como brancos (Puwar, 2004). A essa hipervisibilidade soma-se, nalguns relatos, a fetichização: “Comentários sobre o meu cabelo (...) fetichização de minorias étnicas” (MIG5).

Quando o racismo e a xenofobia se cruzam com o género, a objetificação assume uma dimensão sexual, sobretudo no caso de mulheres brasileiras: “Dizem que são fáceis (...) ‘Quanto que tu quer para ficar comigo?’” (MIG6); “Ouço constantemente comentários no autocarro sobre a promiscuidade das mulheres brasileiras” (MIG3); “I notice men have a fetish for latinas (...) they like us, but only to please them, not to respect us” (MIG11). Um profissional regista o mesmo discurso: “A ideia de que as brasileiras são prostitutas e vêm para Portugal para ficar com os nossos homens é recorrente” (INST12). Estes testemunhos são consistentes com a descrição de Padilla (2008) da exotização e erotização das mulheres brasileiras em Portugal.

Quando a religião se junta a estas camadas, os relatos incluem algumas das experiências de hostilidade mais intensas. A literatura identifica o assédio verbal e a hostilidade em espaços públicos como manifestações recorrentes de islamofobia na experiência quotidiana, frequentemente subvalorizadas como episódios isolados (Araújo, 2019, 2022; Maeso, 2018; Meca & Schwartz, 2024, citado por OPP, 2025). Os informantes referem discriminação ligada ao hijab no trabalho e nos serviços: "A integração no mercado de trabalho é especialmente difícil para mulheres muçulmanas, pois são muitas vezes discriminadas pelo uso de hijab" (INST4); "Uma assistente social disse a uma mulher muçulmana que elas são oprimidas pelos maridos apenas por usar hijab" (INST9). MIG10 narra uma situação semelhante: "Nos serviços, pediram-me para tirar o hijab (...) na altura não sabia que tinha esse direito e tirei", prática identificada por Maeso (2018) como frequente.

MIG15 descreve o quotidiano como "Life has been hell on the street, supermarket and metro (...) because of discrimination" e relata, no contexto universitário, perguntas e comentários de um professor ("Why did you come here?", "The class doesn't look homogeneous", "You don't need to be dressed like that here" e "You can't stay here and take money from the government"), as quais podem ser lidas como um questionamento da legitimidade da sua presença (Puwar, 2004). Segundo a participante, "The professor wouldn't answer my questions in class, but he would speak to the dutch students". Sobre a queixa formal, refere: "I reported, but they told me Portugal was different lately and there is more tension because of immigration", resposta próxima da retórica de desvalorização institucional descrita por Maeso (2018). Os filhos são também referidos como alvo de discriminação escolar ("My kids have been bullied and shamed"), o que a literatura relaciona com construções homogéneas da identidade nacional nos currículos escolares portugueses (Araújo, 2019, 2022). MIG15 compara a sua experiência com a do marido: "My husband has darker skin, he looks like he could be from Mozambique (...) People treat him differently than me. I think it's because I look more muslim because of the hijab". O seu testemunho ilustra a perspetiva interseccional, segundo a qual diferentes sistemas de poder e opressão se combinam e geram padrões complexos de exclusão (Crenshaw, 1989), bem como o conceito de *muçulmanidade percebida,* em que marcadores visuais como o hijab atraem escrutínio desproporcionado (Araújo, 2022; Maeso, 2018; Puwar, 2004).

A gestão de identidades múltiplas surge em MIG10, de dupla nacionalidade brasileira e palestina: "Questionam porque sou brasileira, mesmo nos serviços (...) uma colega me disse que não era brasileira de verdade porque sou muçulmana"; "Sinto um privilégio enorme por também ser brasileira (...) Começam a me tratar com mais cuidado quando apresento o

passaporte brasileiro". O tratamento parece variar consoante o marcador identitário que se torna visível (Costa-Lopes et al., 2024, citado por OPP, 2025), embora a identidade brasileira esteja também sujeita a processos de exotização (Padilla, 2008).

A exposição continuada a stressores raciais e de aculturação pode também repercutir-se no bem-estar: à luz da teoria do stress cultural (Meca & Schwartz, 2024, citado por OPP, 2025), a exposição sustentada a discriminação pode produzir um desgaste psicológico cumulativo. MIG15 refere ter recorrido a acompanhamento psicológico ("I needed psychological help because of this"), descreve restrições nos seus movimentos ("I don't go out at night (...) it's a way of protecting myself, like a defense mechanism") e na vida social ("I don't have a social life here") e menciona a saudade de si própria antes da migração ("I'm adopting these new habits and end up missing my old self so much") (Pinheiro et al., 2026).

Tema 4 – "Tudo o que acontece, acontece separado": coexistência espacial e segregação relacional

A proximidade física entre pessoas com e sem historial migratório pode, por si só, não ser suficiente para se traduzir em proximidade social (Amin, 2002; Dixon et al., 2020; Paolini et al., 2024). Ao longo da observação, registou-se repetidamente que pessoas de diferentes origens partilham os mesmos espaços sem que a copresença se converta numa relação (Dixon et al., 2020): "Tendem a permanecer em grupos distintos, existindo poucas interações espontâneas entre ambos" (05/01/2026); "A simples partilha do mesmo espaço não implica necessariamente interação entre pessoas migrantes e não migrantes" (08/07/2026). Ao contrário dos temas anteriores, não está aqui em causa a hostilidade explícita, a narrativa de ameaça ou a discriminação diferenciada, mas uma forma mais discreta de separação, assente em dinâmicas quotidianas de evitamento (Galtung, 1969; Paolini et al., 2024).

Os participantes descrevem-no em termos semelhantes: "Tudo o que acontece, acontece separado e não para juntar as pessoas" (MIG10); "Há muita separação entre os grupos, uma distinção clara entre portugueses e migrantes" (MIG13). A distinção entre coexistência e convivência encontra sustentação em Elias e Scotson (1965/1994), para quem a proximidade física pode preservar a distância social quando não é desafiada, e em Dixon et al. (2020), que documentam a persistência de vidas paralelas em espaços partilhados.

As entrevistas confirmam o padrão e permitem precisar a sua natureza: não se trata de ausência de interação, mas de um limite à sua profundidade. Uma participante descreve os portugueses como "very nice, but the interactions are just very superficial, very shallow"

(MIG15); outra nota que, “na faculdade, estou com uma pessoa um semestre e no seguinte nem cumprimentam” (MIG9); e MIG1 afirma que os portugueses “são simpáticos, mas são muito fechados em questão de amizade”. MIG14 recusa atribuir esta superficialidade a apenas um lado: “Isso é reforçado pelos imigrantes, mas pelos portugueses também”. A separação pode, assim, ser compreendida como uma dinâmica coproduzida, próxima de uma segregação preferencial, em que escolhas de evitamento e preferências relacionais contribuem para manter fronteiras sociais (Dixon et al., 2020; Paolini et al., 2024). A coprodução não parece, contudo, simétrica: “Narrativas afetam as interações (...) evito falar (...) medo de falar com alguém que não goste de mim” (MIG7). Em linha com a noção de volição de contacto de Paolini et al. (2024), esta assimetria pode refletir desigualdades de poder, funcionando o evitamento como uma estratégia defensiva de autoproteção. A ausência de hostilidade explícita não equivale, ainda assim, a justiça social ou a pertença partilhada, distinção que Galtung (1969) formula entre paz negativa e paz positiva.

As instituições reconhecem este défice: um informante (INST6) refere a “falta de espaços de encontro entre pessoas migrantes e não migrantes” e as “poucas oportunidades de contacto” que “têm consequências na integração”, e outro (INST3) relaciona a falta de contacto com a circulação de narrativas hostis: “Têm pouco contacto (...) Narrativas são disseminadas com mais facilidade”. A segregação relacional aparenta assumir, deste modo, uma dimensão circular: a ausência de contacto limita as oportunidades de contrariar estereótipos, e as representações negativas tornam o contacto menos provável (Dixon et al., 2020; Paolini et al., 2024).

Segundo Amin (2002), os espaços públicos podem funcionar como locais de trânsito, sem compromisso nem interdependência; é nos *micropublics*, estruturados em torno de atividades e objetivos partilhados, que surgem oportunidades para desestabilizar estereótipos e construir relações – “Mas tinha de ser um projeto em que as pessoas estejam a fazer algo e tenham um objetivo comum, se não tem pouca adesão (...) teria de ser algo mais natural, quando é forçado não funciona” (INST4). Paolini et al. (2024) acrescentam que oportunidades geográficas ou institucionais não garantem contacto significativo, como mostram os relatos: “Eventos na faculdade só atraem migrantes, pouca adesão dos dois lados” (MIG10); “Nos eventos interculturais só vão migrantes, não há integração” (MIG14). Promover contacto sem condições adequadas pode, além disso, ser contraproducente, dada a possibilidade de reforçar estereótipos e animosidades (Amin, 2002; Paolini et al., 2024).

MIG8 propõe uma reconfiguração deste modelo, deslocando a atenção para a agência na definição das iniciativas: “Feiras e festivais que permitem que as narrativas sejam construídas por elas [pessoas migrantes]”. Ainda assim, estas estratégias aproximam-se do conceito de

multiculturalismo boutique (Fish, 1997), segundo o qual a celebração pontual da diferença pode produzir reconhecimento meramente cosmético, sem alterar as condições estruturais da distância relacional. Como resume MIG15, estes eventos são "nice, but just putting ice on the wound (...) later you go back to your daily life and still face these things". A literatura sugere que a transformação das relações exige continuidade e investimento sustentado, e não apenas intervenções pontuais (Lederach, 1997).

As interações positivas referidas dizem respeito sobretudo à vizinhança e ao comércio: "A maioria das interações são positivas (...) situações negativas são mais pontuais" (MIG14); "Boa relação com vizinhos e comerciantes" (MIG10). Um informante conta um caso em que a iniciativa de uma pessoa migrante favoreceu a ligação à vizinhança: "Uma mulher marroquina começou a vender um pão típico de Marrocos aos seus vizinhos, o que a ajudou muito a estabelecer relações e integrar-se na comunidade" (INST4). Nalgumas observações, registaram-se gestos espontâneos de aproximação, como um cliente português que convidou dois desconhecidos migrantes para a sua mesa, dando origem a uma conversa entre risos e diferentes idiomas (30/01/2026); e um funcionário que comunicou com naturalidade apesar da barreira linguística (08/07/2026). Estes momentos foram, porém, breves e não planeados, dependentes da iniciativa individual, reforçando a importância de condições que sustentem o encontro ao longo do tempo.

No Centro Comunitário São Cirilo, onde a observação participante ocupou um lugar central, uma atividade em que cada pessoa desenhava outra do grupo contou com "vários momentos de conversa, risos e interação informal" e uma "comunicação que decorreu de forma bastante fácil e fluida", com "uma mistura de diferentes idiomas" (04/08/2026). A proximidade relacional parece, nestes contextos, ligar-se a uma atividade concreta, a um tempo partilhado e a uma disposição mútua para participar, o que se aproxima do que descreve um informante ("Atividades no curso de português que promovem a interação criam uma espécie de amizade, as pessoas vão criando ligações", INST12) e do papel dos *micropublics* (Amin, 2002).

Surge aqui também um sentimento de pertença: "Eu amo, sou apaixonada por essa parte da cidade (...) as pessoas são muito acolhedoras" (MIG7), que coexiste com as tensões descritas nos temas anteriores. Os dados sugerem, assim, que a frequência do contacto pode não bastar para produzir proximidade relacional, sendo relevante investir nas condições em que o contacto ocorre, na possibilidade que oferece para construir relações sustentadas e no esforço mútuo, uma vez que a copresença pode aproximar corpos sem aproximar pessoas.

Limitações e Investigações Futuras

A redefinição do terreno, de uma delimitação inicial à Freguesia do Bonfim para um contexto mais alargado do Porto, foi justificada por dificuldades reais de acesso e permitiu viabilizar a investigação. Limitou, contudo, a possibilidade de uma análise territorialmente específica do Bonfim, conduzindo a uma leitura mais transversal da cidade. Investigações futuras poderão beneficiar de uma delimitação geográfica mais restrita, que permita aprofundar as especificidades socioterritoriais do contexto estudado.

O conjunto de participantes com historial migratório, recrutado por conveniência e bola de neve, é maioritariamente composto por mulheres brasileiras (8 em 15), o que condiciona a diversidade de experiências diretamente representadas. As experiências de discriminação abordadas no Tema 3 encontram-se representadas de modo limitado: as de mulheres muçulmanas provêm de apenas duas participantes e as de pessoas do subcontinente indiano são relatadas sobretudo por terceiros, o que poderá decorrer da própria estratégia de recrutamento. Investigações futuras poderão incluir de forma mais sistemática grupos menos representados, reconhecendo as dificuldades acrescidas de recrutamento que tal estratégia implica.

O duplo papel da investigadora como voluntária no Centro Comunitário São Cirilo, apresentado no Método enquanto facilitador do acesso, introduz tensões entre proximidade e distância crítica: a proximidade poderá ter influenciado o que alguns participantes partilharam, sobretudo por comparação com os contextos de observação direta, mais distanciados. O posicionamento prévio da investigadora face ao tema pode também ter influenciado a seleção e a interpretação dos dados; procurou-se atenuar este risco apresentando os resultados articulados com excertos de participantes e de notas de campo datadas, e discutindo-os à luz da literatura. Estudos futuros com observação participante prolongada poderão assegurar um registo mais sistemático da posição da investigadora.

A exploração documental – notícias, dados institucionais e dados estatísticos – foi realizada enquanto enquadramento contextual e não foi submetida ao mesmo procedimento analítico das entrevistas e da observação. Embora justificada, esta decisão limitou a confrontação entre narrativas públicas e resultados, prevista no desenho da investigação. Investigações futuras poderão realizar uma ATR destes materiais, articulada com as restantes fontes.

A ausência de gravação de áudio, adotada por considerações éticas e de salvaguarda da relação de confiança com os participantes, implica que os discursos citados resultam do registo em notas de campo e não de transcrição integral, podendo introduzir pequenas variações na formulação de algumas citações, apesar do cuidado em registá-las o mais próximo possível do

momento da interação. As notas de observação são, além disso, descrições redigidas pela investigadora, sendo a extensão das citações condicionada pelo limite de palavras, pelo que as vozes dos participantes surgem sobretudo através de excertos mais breves e da mediação analítica da investigadora.

Por fim, a hierarquia de vulnerabilidade percebida entre diferentes nacionalidades e grupos migrantes, documentada a partir dos relatos dos participantes no Tema 3, deve ser lida como representação social relatada pelos mesmos, e não como classificação analítica proposta pela investigadora, dadas as limitações do estudo.

Estas limitações condicionam o alcance interpretativo e a transferibilidade dos resultados. O caráter transversal da investigação limita, ainda, a compreensão da evolução das trajetórias de integração, tornando pertinentes desenhos longitudinais. Os resultados apontam, além disso, para o interesse de aprofundar, em diferentes contextos urbanos, as condições que favorecem a transformação da copresença em contacto significativo, relação e pertença, e recorrer a abordagens que possam facilitar a formulação de propostas pelos participantes (e.g., grupos focais).

Conclusão

Lidos em conjunto, os quatro temas que atravessam esta dissertação sugerem que as dificuldades de integração das pessoas ouvidas não decorrem de um único mecanismo, mas de camadas que se sobrepõem. O acesso condicionado a direitos (Tema 1) coexiste com narrativas que enquadram a presença migrante como ameaça (Tema 2); essas narrativas incidem de forma desigual consoante o género, a origem, a etnia e a religião (Tema 3); e, mesmo onde nenhuma destas forças está ativamente presente, a partilha do espaço urbano não parece bastar para produzir convivência e pertença (Tema 4). Para várias das pessoas ouvidas, a integração surge, assim, como uma espécie de promessa formal ainda por cumprir.

A investigação permite responder à maioria das questões de investigação que a orientaram. As experiências de integração das pessoas com historial migratório em Portugal (QI1), as representações sociais que as atravessam e a sua relação com o sentimento de pertença e segurança (QI4) e as dinâmicas de proximidade e distanciamento que caracterizam a convivência no quotidiano (QI5) encontram, ao longo dos quatro temas, um retrato consistente. A dimensão da negociação, prevista na QI5, todavia, foi menos desenvolvida: os dados captam sobretudo posições de aproximação ou afastamento e apenas pontualmente gestos de

negociação identitária (e.g., gestão de diferentes marcadores de pertença ou a recusa em atribuir a separação a um único lado), o que pode refletir tanto a sua raridade como a dificuldade de a captar com os métodos mobilizados.

Outras questões foram respondidas apenas parcialmente. As necessidades e os recursos mobilizados pelas pessoas migrantes (QI2) surgem de forma dispersa, estando melhor documentados os desafios. A perspetiva institucional sobre a convivência intercultural (QI3) ficou menos aprofundada, dado que os informantes nem sempre dispunham de uma visão sistematizada sobre o tema. Quanto às recomendações para futuras intervenções (QI6), embora os guiões incluíssem perguntas sobre interações positivas, respostas existentes, insuficiências e sugestões de melhoria, dirigidas a pessoas migrantes e informantes, as respostas incidiram sobretudo nos obstáculos descritos nos temas. As propostas mais concretas (e.g., equipas de proximidade e mediação) partiram de poucas instituições. Esta convergência é, em si, informativa quanto ao modo como as pessoas ouvidas percecionam as possibilidades de mudança, embora os dados não permitam determinar as razões para a escassez de propostas mais consolidadas.

Estes resultados dialogam de forma nem sempre linear com a literatura. A ideia, comum na investigação sobre contacto intergrupal, de que a proximidade quotidiana tende a reduzir preconceitos e distâncias sociais é complexificada por estes dados, que sugerem que o contacto, por si só, não é necessariamente corretivo e que a sua capacidade de transformar representações pode depender de condições (e.g., voluntariedade, continuidade, um objetivo partilhado) raramente presentes no espaço público. Ao pensar diferentes grupos migrantes em relação uns aos outros, o estudo torna mais visível uma dimensão interseccional que parte da investigação centrada em comunidades específicas pode não captar, e traz dados do Porto, onde o aumento da população estrangeira coexiste com dificuldades na resposta institucional e nas condições relacionais para a convivência, num panorama de investigação nacional aparentemente concentrado na Área Metropolitana de Lisboa.

Estas conclusões sugerem algumas implicações. Ao nível institucional, a fragmentação e a discricionariedade descritas no acesso a direitos apontam para a relevância de mecanismos de acompanhamento contínuo e de recursos estruturados de tradução. Ao nível da convivência, os eventos pontuais são descritos por alguns participantes como insuficientes, enquanto os contextos que mais aproximam pessoas parecem organizar-se em torno de uma atividade partilhada e continuada, o que torna os *micropublics* uma via a explorar. Ao nível do discurso público, a persistência de narrativas de ameaça migrante, alimentadas por comentários

quotidianos e discursos políticos e mediáticos, aponta para a relevância de respostas institucionais e públicas capazes de lhes oferecer contrapontos.

Em síntese, os relatos sugerem que a integração não pode ser compreendida apenas a partir do esforço de quem migra, dependendo também das condições institucionais, discursivas e relacionais em que esse esforço se desenvolve. Entre o direito que existe no papel e uma cidade partilhada sem ser necessariamente habitada em conjunto, as pessoas ouvidas falam de adaptação, de relações simpáticas mas superficiais, de manter distância e de nem sempre se sentirem pertencentes: "É mais adaptação do que pertencer" (MIG13). Foi sobretudo nos contextos em que existiam uma atividade partilhada e disponibilidade mútua que os registos de observação mostraram a distância a diminuir.

Mais do que oferecer uma resposta definitiva sobre o que significa integrar, esta dissertação propõe que essa experiência se constrói nos espaços concretos em que as pessoas procuram viver, trabalhar, aceder a direitos, relacionar-se e sentir que pertencem. A integração surge, assim, menos como um estado que se adquire e mais como um processo continuamente construído e condicionado pelas circunstâncias em que ocorre.

Referências

Acolin, A., Bostic, R., & Painter, G. (2016). A field study of rental market discrimination across origins in France. *Journal of Urban Economics*, *95*(1), 49–63. https://doi.org/10.1016/j.jue.2016.07.003

Agência para a Integração, Migrações e Asilo. (2025, outubro). *Relatório de migrações e asilo 2024*. https://aima.gov.pt/media/pages/documents/fec4d6a712-1760603125/relatorio-migracoes-e-asilo-2024.pdf

Alves, S. G., Pinto, I. R., & Marques, J. M. (2024a). The terrible unknown: How uncertainty fosters nationalist and anti-immigration attitudes. *Journal of Social and Political Psychology*, *12*(1), 23–37. https://doi.org/10.5964/jspp.9953

Alves, S. G., Pinto, I. R., & Pereira, C. R. (2024b). Dueling effects: How integration policies and economic downturns affect the (uncertain) host population's behavioral intentions toward immigrants. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, *30*(3), 434–444. https://doi.org/10.1037/pac0000743

Amin, A. (2002). Ethnicity and the multicultural city: Living with diversity. *Environment and Planning A: Economy and Space*, *34*(6), 959–980. https://doi.org/10.1068/a3537

Araújo, M. (2019). *A islamofobia e as suas narrativas em Portugal: Conhecimento, política, média e ciberespaço* (Oficina do CES n.º 447). Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-447

Araújo, M. (2022). Islamophobia in Portugal, beyond the national register. *ReOrient*, *7*(1), 46–71. https://doi.org/10.13169/reorient.7.1.0046

Araujo, S. G. (2009). Las periferias de la metrópolis: Políticas migratorias, género y estratificación de la población latinoamericana en España. *Mélanges de La Casa de Velázquez*, *39*(1), 57–74. https://doi.org/10.4000/mcv.562

Auyero, J. (2012). *Patients of the state: The politics of waiting in Argentina*. Duke University Press.

Becker, H. S. (1973). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. The Free Press. (Original work published 1963)

Berry, J. W. (1997). Immigration, acculturation, and adaptation. *Applied Psychology: An International Review, 46*(1), 5–34. https://doi.org/10.1080/026999497378467

Berry, J. W. (2013). Intercultural relations in plural societies: Research derived from multiculturalism policy. *Acta de Investigación Psicológica*, *3*(2), 1122–1135. https://doi.org/10.1016/S2007-4719(13)70956-6

Braun, V., & Clarke, V. (2022). *Thematic analysis: A practical guide*. SAGE.

Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The bioecological model of human development. In R. M. Lerner (Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (6th ed., pp. 793–828). John Wiley & Sons.

Câmara Municipal do Porto. (2024). *Diagnóstico Social do Porto 2024*. https://acaosocial.cm-porto.pt/files/uploads/cms/Diagnostico_Social_Porto_2024.pdf

Campos, M. L., & Peixoto, F. (2025). Relating differently: Assessing and comparing associations between social and affective adjustment factors in immigrant and non-immigrant students. *British Journal of Educational Psychology*, *96*, 32–53. https://doi.org/10.1111/bjep.12774

Casquilho-Martins, I., & Matela, T. (2021). Protection of immigrant children and youth at risk: Experiences and strategies of social integration in Portugal. *Societies*, *11*(4), 122. https://doi.org/10.3390/soc11040122

Casquilho-Martins, I., Ferreira, S., & Alves, D. R. (2025). Addressing migrant access to healthcare in Portugal: Promoting rights in a landscape of socio-political polarization. *Global Social Work/Trabajo Social Global*, *Extra,* 214–242. https://doi.org/10.30827/tsg-gsw.33392

Castro, A. (2025, 27 de outubro). "Isto não é o Bangladesh": Cartazes de André Ventura geram queixas por discriminação. *Público*. https://www.publico.pt/2025/10/27/politica/noticia/nao-bangladesh-cartazes-andre-ventura-geram-queixas-discriminacao-2152337

Chauvin, S., & Garcés-Mascareñas, B. (2014). Becoming less illegal: Deservingness frames and undocumented migrant incorporation. *Sociology Compass*, *8*(4), 422–432. https://doi.org/10.1111/soc4.12145

Ciambellini, M., Urbano, C., & Flores, M. V. (2024). Migrações, racismo e vidas desperdiçadas: Considerações sobre a problemática dos refugiados a nível europeu e em Portugal. *Configurações*, *34*, 147–173. https://doi.org/10.4000/130e2

Cohen, S. (2011). *Folk devils and moral panics: The creation of the mods and rockers*. Routledge. (Original work published 1972) https://doi.org/10.4324/9780203828250

Cole, E. R. (2009). Intersectionality and research in psychology. *American Psychologist, 64*(3), 170–180. https://doi.org/10.1037/a0014564

Costa, P. M. (2015). O interculturalismo político e a integração dos imigrantes: O caso português. *Política & Sociedade*, *14*(30), 56–71. https://doi.org/10.5007/2175-7984.2015v14n30p56

Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, *1989*(1), 139–167. https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/3007

Crenshaw, K. W. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of colour. *Stanford Law Review*, *43*, 1241–1299. https://doi.org/10.2307/1229039

De Genova, N. (2013). Spectacles of migrant 'illegality': The scene of exclusion, the obscene of inclusion. *Ethnic and Racial Studies*, *36*(7), 1180–1198. https://doi.org/10.1080/01419870.2013.783710

Dickinson, A. C., Palma Carvalho, B., Pereira, A. I., Costa, C., Fernandes, C., Ferreira, N., Felino, M., Palha, M., Cancelliere, F., & Marques, M. E. (2023). *Investigação para o acesso à saúde e à educação: Estudo qualitativo co-construído com migrantes e profissionais*. Edições ISPA. http://hdl.handle.net/10400.12/9229

Dixon, J., Tredoux, C., Davies, G., Huck, J., Hocking, B., Sturgeon, B., Whyatt, D., Jarman, N., & Bryan, D. (2020). Parallel lives: Intergroup contact, threat, and the segregation of everyday activity spaces. *Journal of Personality and Social Psychology*, *118*(3), 457–480. https://doi.org/10.1037/pspi0000191

Elias, N., & Scotson, J. L. (1994). *The established and the outsiders: A sociological enquiry into community problems* (2nd ed.). SAGE. (Original work published 1965)

Emerson, R. M., Fretz, R. I., & Shaw, L. L. (2011). *Writing ethnographic fieldnotes*. The University of Chicago Press.

Ferguson, G. M., Causadias, J. M., & Simenec, T. S. (2023). Acculturation and psychopathology. *Annual Review of Clinical Psychology*, *19*, 381–411. https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-080921-080622

Fernandes, J. L. (2002). Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: As facetas da escrita etnográfica. In J. L. Fernandes (Ed.), *O Sítio das Drogas* (pp. 23–40). Editorial Notícias. https://hdl.handle.net/10216/94812

Fernandes, J. L. (2004). Bases ecossociais do sentimento de insegurança. *Educação, Sociedade & Culturas*, *21*, 93–112. https://hdl.handle.net/10216/14472

Fernandes, J. L., & Rêgo, X. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica, 15*(1), 167–181. https://doi.org/10.4000/etnografica.869

Ferreira, M. (2025, 23 de abril). Confrontos no Porto. Imigrantes manifestavam-se na AIMA quando membros de grupo ultranacionalista se aproximaram com provocações. *Observador.* https://observador.pt/2025/04/23/confrontos-em-manifestacao-de-imigrantes-no-porto-apos-membro-de-grupo-ultranacionalista-gritar-palavras-de-ordem/

Figura, M., Arcadi, P., Vellone, E., Pucciarelli, G., Simeone, S., Piervisani, L., & Alvaro, R. (2024). Living in a multicultural context: Health and integration from the perspective of undocumented Mediterranean migrants, residents, and stakeholders in Italy. A qualitative-multimethod study. *Journal of Advanced Nursing*, *80*(8), 3382–3394. https://doi.org/10.1111/jan.16036

Fish, S. (1997). Boutique multiculturalism, or why liberals are incapable of thinking about hate speech. *Critical Inquiry*, *23*(2), 378–385. https://doi.org/10.1086/448833

Galtung, J. (1969). Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, *6*(3), 167–191. https://doi.org/10.1177/002234336900600301

Galtung, J. (1990). Cultural violence. *Journal of Peace Research*, *27*(3), 291–305. https://doi.org/10.1177/0022343390027003005

Galtung, J. (2004). *Transcend and transform: An introduction to conflict work*. Pluto Press.

Góis, P., Oliveira, N., & Gaspar, S. (2022). Critically examining international migration. *Portuguese Journal of Social Science*, *21*(1), 3–18. https://doi.org/10.1386/pjss_00044_2

Grigoryev, D., Berry, J. W., Stogianni, M., Nguyen, A.-M. D., Bender, M., & Benet-Martínez, V. (2023). The integration hypothesis: A critical evaluation informed by multilevel meta-analyses of three multinational datasets. *International Journal of Intercultural Relations*, *97*, Article 101897. https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2023.101897

Hammersley, M., & Atkinson, P. (2019). *Ethnography: Principles in practice* (4th ed.). Routledge.

Henriques, J. G. (2024, 12 de maio). Suspeito de agredir imigrantes no Porto participou em manifestação de neonazis. *Público.* https://www.publico.pt/2024/05/12/sociedade/noticia/suspeito-agredir-imigrantes-porto-participou-manifestacao-neonazis-2089970

Henriques, J. G. (2025, 20 de maio). O discurso anti-imigração deu votos ao Chega? Corrupção, anticiganismo e media também, dizem especialistas. *Público*. https://www.publico.pt/2025/05/20/sociedade/noticia/discurso-antiimigracao-deu-votos-chega-corrupcao-anticiganismo-media-tambem-especialistas-2133673

Inácio, R., Gonçalves, R., Pires, J., Marques, M. J., & Dias, S. (2025). Access and utilization of Portuguese mental healthcare services by migrant children and adolescents: Perceptions and experiences of families. *Children and Youth Services Review*, *178*, Article 108535. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2025.108535

Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Censos 2021: Resultados definitivos – Principais indicadores.* https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_populacao&xpid=CENSOS21

Instituto Nacional de Estatística. (2026, 22 de junho). *População residente atinge 11,4 milhões*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=770295679&DESTAQUESmodo=2

Kincheloe, J. L., McLaren, P., & Steinberg, S. R. (2011). Critical pedagogy and qualitative research: Moving to the bricolage. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Research* (4th ed.) (pp. 163–177). SAGE.

Lederach, J. P. (1997). *Building peace: Sustainable reconciliation in divided societies*. United States Institute of Peace Press.

Lipsky, M. (2010). *Street-level bureaucracy: Dilemmas of the individual in public service*. Russell Sage Foundation. (Original work published 1980)

Lusa. (2025, 4 de fevereiro). Junta do Bonfim emitiu 2500 atestados de residência a imigrantes num mês, muitos pertencentes "à mesma morada". *Público.* https://www.publico.pt/2025/02/04/local/noticia/junta-bonfim-emitiu-2500-atestados-residencia-imigrantes-mes-pertencentes-morada-2121239

Madeira, A. F., Pereira, C. R., Gama, A., & Dias, S. (2018). Justifying treatment bias: The legitimizing role of threat perception and immigrant–provider contact in healthcare. *Cultural Diversity & Ethnic Minority Psychology*, *24*(2), 294–301. https://doi.org/10.1037/cdp0000187

Maeso, S. (2018). *Workstream 2: Dominant counter-narratives to Islamophobia – Portugal* (Working Paper 15). Centre for Ethnicity and Racism Studies, University of Leeds.

Matos, V., & Franco, H. (2025, 16 de janeiro). Ventura associa-se a neonazis em publicação nas redes sociais a defender a remigração. *Expresso*. https://expresso.pt/politica/2025-

01-16-ventura-associa-se-a-neonazis-em-publicacao-nas-redes-sociais-a-defender-a-remigracao-65bb5c20

Maxwell, J. A. (2013). *Qualitative research design: An interactive approach* (3rd ed.). SAGE.

Mazzilli, C. (2022). "There were many problems even before COVID." Recurrent narratives of crisis in policies for migrants' regularisation. *Journal of Ethnic & Migration Studies*, *48*(19), 4754–4773. https://doi.org/10.1080/1369183X.2022.2099364

Morán, A. J. (2018). *Deportados de España: Deportabilidad, expulsión y reasentamiento en origen de los inmigrantes ecuatorianos deportados de España* [Tese de doutoramento, Universidad Autónoma de Barcelona]. https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=272965

Moreira, C. F. (2026, 12 de março). Feira de educação acolhe stand do Chega com cartazes anti-imigração, associados à "teoria da Grande Substituição." *Público*. https://www.publico.pt/2026/03/12/sociedade/noticia/feira-educacao-acolhe-stand-chega-cartazes-antiimigracao-associados-teoria-substituicao-2167609

Neto, F. (2019). Intercultural relations among Ukrainian immigrants living in Portugal. *Universitas Psychologica*, *18*(5), 1–11. https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy18-5.irau

Neto, F. (2020). Intercultural relations among Cape Verdean immigrants living in Portugal. *Journal of International Migration & Integration*, *21*(3), 765–780. https://doi.org/10.1007/s12134-019-00679-8

Neto, F. (2021). Intercultural relations among Guinean immigrants living in Portugal: Testing multiculturalism, contact, and integration hypotheses. *Journal of Ethnic & Cultural Studies*, *8*(2), 225–240. https://doi.org/10.29333/ejecs/641

Neto, F. (2022). Brazilian international students' satisfaction with migration life in Portugal. *Journal of International Students*, *13*(2), 133-154. https://doi.org/10.32674/jis.v13i2.4782

Neto, J., & Neto, F. (2023). Acculturation and self-esteem among Indian immigrants in Portugal. *Journal of International Migration & Integration*, *24*(1), 385–402. https://doi.org/10.1007/s12134-022-00954-1

Neto, J., Quintana-Orts, C., & Neto, F. (2022). Acculturation, adaptation, and loneliness among Cape Verdean immigrants. *International Journal of Intercultural Relations*, *87*, 98–107. https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2022.01.013

Neves, T., & Fernandes, J. L. (2001). O diário de campo dum espaço perigoso. *Olhares Seguros*, *3*(2), 8–9.

Nordberg, C., & Simola, A. (2025). Migrants' relational experiences with the welfare state at the street level: A focus on the role of language. *Social Policy and Society*, *24*(1), 127–138. https://doi.org/10.1017/s1474746424000484

Novo, R., Prada, A., & Florêncio, I. (2023). Estudo exploratório sobre as perceções da população imigrante residente no norte e interior de Portugal. Em M. Peralbo, A. Risso, A. Barca, B. Duarte, L. Almeida, J. C. Brenlla, & A. Cruz-Santos (Eds.), *Actas del XVII Congreso Internacional Gallego-Portugués de Psicopedagogía/IV Congreso de la Asociación Científica Internacional de Psicopedagogía* (pp. 1162–1174). Universidade da Coruña. http://hdl.handle.net/10198/28714

Oliveira, M. (2024, 4 de maio). Encapuzados forçam entrada em casa de imigrantes no Porto e agridem-nos com paus. *Público.* https://www.publico.pt/2024/05/04/sociedade/noticia/encapuzados-forcam-entrada-casa-imigrantes-porto-agridemnos-paus-2089227

Oltramari, A. P., Scherer, L. A., Fraga, A. M., Peixoto, J., & Fernandes, D. M. (2023). A quarta onda de imigrantes brasileiras e brasileiros em Portugal: Redes, classe social e gênero em evidência nas relações de trabalho. *Revista Gestão & Conexões*, *12*(1), 49–71. https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2023.12.1.38231.49-71

Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2025). *Integração de Pessoas Migrantes*. https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/noticia/6058

Padilla, B. (2008). Brasileras en Portugal: De la transformación de las diversas identidades a la exotización. *Amérique Latine Histoire et Mémoire*, *14*. https://doi.org/10.4000/alhim.2022

Panda, A. (2024, 12 de setembro). Dois imigrantes esfaqueados em ataque racista no Porto. *Jornal de Notícias.* https://www.jn.pt/justica/artigo/dois-imigrantes-esfaqueados-em-ataque-racista-no-porto/17833777

Paolini, S., Harwood, J., Rubin, M., Huck, J., Dunn, K., & Dixon, J. (2024). Reaching across social divides deliberately: Theoretical, political, and practical implications of intergroup contact volition for intergroup relations. *Social and Personality Psychology Compass*, *18*(8), Article e12988. https://doi.org/10.1111/spc3.12988

Piccinelli, E., Vauclair, C.-M., & Madeira, F. (2025). Contextualizing the manifestation of gendered colonialist microaggressions: A qualitative study on post-colonial migration experiences among immigrant women. *Psychology of Women Quarterly*, *49*(1), 39–56. https://doi.org/10.1177/03616843241286822

Pinheiro, I., Rusu, M. H., Nogueira, C., & Topa, J. (2026). Between colonial hierarchies and mental health care: Structural racism in the lives of racialised Brazilian women in Portugal. *Societies, 16*(4), 124. https://doi.org/10.3390/soc16040124

Pinho, J., & Ançã, M. H. (2022). Aprender português língua de acolhimento, em contexto não formal: Imigrantes e refugiados em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, *58*(58), 31–49. https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle58.02

Pink, S. (2015). *Doing sensory ethnography* (2nd ed.). SAGE.

Pinto, M. C. (2024, 6 de maio). Rui Moreira pede extinção da AIMA e condena "ataque inaceitável" a imigrantes no Porto. *Público.* https://www.publico.pt/2024/05/06/sociedade/noticia/rui-moreira-pede-extincao-aima-condena-ataque-inaceitavel-imigrantes-porto-2089353

Puwar, N. (2004). *Space invaders: Race, gender and bodies out of place*. Berg.

Queirós, M. L., Duarte, I. M., & Ferreira, P. (2025). Host language learning and sense of belonging: The perspective of migrant students. *Frontiers in Education*, *10*, Article 1656989. https://doi.org/10.3389/feduc.2025.1656989

Ruth, A., Mayfour, K., Hardin, J., Sangaramoorthy, T., Wutich, A., Bernard, H. R., Brewis, A., Beresford, M., SturtzSreetharan, C., Brayboy, B. M. K. J., Dengah, H. J. F., Gravlee, C. C., Guest, G., Harper, K., Mahdavi, P., Mattison, S. M., Moritz, M., Negrón, R., Piperata, B. A., … Zarger, R. (2022). Teaching ethnographic methods: The state of the art. *Human Organization, 81*(4), 401–412. https://doi.org/10.17730/1938-3525-81.4.401

Sam, D. L. (2024). 50+ years of psychological acculturation research: Progress and challenges. *International Journal of Intercultural Relations, 103*, Article 102076. https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2024.102076

Sam, D. L., Jasinskaja-Lahti, I., Horenczyk, G., & Vedder, P. (2013). Migration and integration: Some psychological perspectives on mutual acculturation. *Zeitschrift Für Psychologie*, *221*(4), 203–204. https://doi.org/10.1027/2151-2604/a000149

Suárez-Orozco, C., Motti-Stefanidi, F., Marks, A., & Katsiaficas, D. (2018). An integrative risk and resilience model for understanding the adaptation of immigrant-origin children and youth. *American Psychologist*, *73*(6), 781–796. https://doi.org/10.1037/amp0000265

Szakács, J., & Bognár, E. (2021). *The impact of disinformation campaigns about migrants and minority groups in the EU*. European Union. https://data.europa.eu/doi/10.2861/693662

Tajfel, H., & Turner, J. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 33–47). Brooks/Cole.

Teixeira, A. F., & Dias, S. F. (2018). Labor market integration, immigration experience, and psychological distress in a multi-ethnic sample of immigrants residing in Portugal. *Ethnicity & Health*, *23*(1), 81–96. https://doi.org/10.1080/13557858.2016.1246421

Tong, A., Sainsbury, P., & Craig, J. (2007). Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): A 32-item checklist for interviews and focus groups. *International Journal for Quality in Health Care*, *19*(6), 349–357. https://doi.org/10.1093/intqhc/mzm042

Vala, J., Lopes, D., & Lima, M. (2008). Black immigrants in Portugal: Luso-tropicalism and prejudice. *Journal of Social Issues*, *64*(2), 287–302. https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2008.00562.x

Whyte, W. H. (1980). *The social life of small urban spaces.* Project for Public Spaces.

Apêndices

Apêndice A

Esquema de triangulação metodológica

Tabela A1

Matriz de Triangulação entre Fontes de Dados e Questões de Investigação

Fonte de Dados	QI1	QI2	QI3	QI4	QI5	QI6
Documentos				✓		
Notícias				✓		
Observação direta e participante		✓		✓	✓	
Entrevistas a pessoas migrantes	✓	✓		✓	✓	✓
Entrevistas a informantes institucionais		✓	✓	✓	✓	✓

Nota. QI = questão de investigação; ATR = análise temática reflexiva. A marca ✓ indica que a fonte de dados correspondente informou a questão de investigação assinalada. A fonte "Documentos" serviu apenas para contextualização do fenómeno, não tendo sido submetida a ATR.

Apêndice B

Caracterização da população migrante entrevistada

Tabela B1

Caracterização dos Participantes com Historial Migratório nas Entrevistas

Código	Género	País de origem	Tempo de residência em Portugal
MIG1	Feminino	Brasil	3 anos
MIG2	Masculino	Brasil	5 anos
MIG3	Feminino	Brasil	6 anos
MIG4	Masculino	Brasil	6 anos
MIG5	Feminino	Brasil	5 anos
MIG6	Masculino	Brasil	7 anos
MIG7	Feminino	Brasil	6 anos
MIG8	Masculino	Brasil	3 anos
MIG9	Feminino	Moçambique	2 anos
MIG10	Feminino	Palestina	8 anos
MIG11	Feminino	Equador	2 anos
MIG12	Feminino	Brasil	5 anos
MIG13	Feminino	Brasil	5 anos
MIG14	Feminino	Brasil	3 anos
MIG15	Feminino	Sudão	3 anos

Nota. MIG = participante com historial migratório, identificado por código numerado (1–15), atribuído pela ordem de realização das entrevistas.

Apêndice C

Exemplo de guião utilizado com informantes institucionais

Conhecer a Instituição

Pode começar por explicar um pouco o trabalho que desenvolve na instituição e de que forma contacta com pessoas migrantes e restantes residentes no seu contexto de intervenção?

> *Explorar: papel na comunidade, há quanto tempo desempenha esta função, principais atividades.*

Conhecer a População

Como caracterizaria as pessoas migrantes com quem trabalha?

> *Explorar: perfis, nacionalidades, idades, situações familiares, tempo de residência em Portugal, mudanças ao longo dos últimos anos, principais situações em que procuram apoio, situação documental.*

Necessidades e Desafios

Quais considera serem atualmente as principais necessidades e desafios enfrentados pelas pessoas migrantes com quem trabalha?

> *Explorar: habitação, trabalho, língua, burocracias, saúde, educação, regularização documental, isolamento.*

Existem necessidades que considera particularmente urgentes ou que têm vindo a tornar-se mais frequentes?

Na sua experiência, existem fatores que tornam algumas pessoas migrantes particularmente vulneráveis?

Existem necessidades ou dificuldades que, na sua opinião, nem sempre são compreendidas pelas instituições ou pela sociedade?

População Local e Mudanças na Freguesia

Relativamente às pessoas sem historial migratório com quem também contacta, que preocupações, expectativas ou dificuldades observa relativamente às mudanças que têm ocorrido na freguesia relacionadas com a maior presença e convivência com pessoas migrantes?

Ao longo dos últimos anos, tem notado alterações nas dinâmicas da freguesia relacionadas com a presença crescente de população migrante?

Explorar: relações sociais, utilização do espaço, comércio, ambiente, necessidades.

Convivência Intercultural

Como descreveria a convivência quotidiana entre pessoas com e sem historial migratório no seu contexto de intervenção?

Explorar: exemplos de boa convivência, situações de tensão, contextos em que essas interações acontecem mais frequentemente, espaços da freguesia onde a convivência é mais visível ou as tensões se manifestam mais.

Representações Sociais e Discursos Públicos

Que tipos de discursos ou narrativas sobre migração lhe parecem mais presentes atualmente na sociedade portuguesa? De que forma sente que o debate público (media, política, redes sociais) influencia a forma como a migração é percecionada?

Explorar: comunicação social, redes sociais, discursos políticos, conversas do quotidiano.

De que forma considera que esses discursos influenciam, se é que influenciam, a vida das pessoas da comunidade e o próprio trabalho institucional?

Explorar: sentimento de pertença, discriminação, receio, confiança, bem-estar.

Relação com Serviços e Instituições

Como tem sido a relação da comunidade migrante com os serviços e instituições em Portugal?

Explorar: acesso aos serviços, burocracias, colaboração institucional, aspetos que funcionam bem e dificuldades encontradas.

Integração

Na sua perspetiva, que fatores facilitam a integração e o sentimento de pertença das pessoas migrantes?

E quais considera serem os principais obstáculos?

Que dificuldades observa no acesso destas pessoas aos diferentes serviços e recursos existentes?

Situação Ilustrativa

Ao longo da sua experiência, recorda-se de alguma situação ou episódio que considere particularmente ilustrativo da realidade vivida pela comunidade?

Respostas Existentes e Recomendações

Na sua perspetiva, que respostas ou iniciativas têm contribuído mais para promover a integração e responder às necessidades destas pessoas?

E que respostas considera que estão em falta ou são insuficientes?

Se pudesse propor mudanças mais estruturais para melhorar a convivência e responder às necessidades atualmente existentes, quais seriam as prioridades?

Reflexão Final

Há algum aspeto que considere importante e que eu não tenha abordado?

Contactos Adicionais

Há alguma associação, comerciante, técnico, líder comunitário ou pessoa migrante que considere importante entrevistar para compreender melhor esta realidade? Como posso contactá-la?

Apêndice D

Guião utilizado com pessoas com historial migratório

Contexto e Integração

Há quanto tempo vive em Portugal?

Como descreveria a sua experiência de viver em Portugal desde que chegou?

O que facilitou ou dificultou esse processo?

Considera que essa experiência mudou ao longo do tempo? De que forma?

Relações Sociais

Como descreveria as suas interações com vizinhos, comerciantes, colegas ou outras pessoas no seu dia a dia?

Em que contextos sente maior proximidade ou maior distância em relação às pessoas que vivem em Portugal?

Como descreveria a convivência entre pessoas de diferentes origens no seu quotidiano?

Há alguma situação que considere representativa dessa convivência?

Possíveis Experiências de Tratamento Diferenciado

Ao longo da sua experiência em Portugal, houve alguma situação em que se tenha sentido tratado(a) de forma diferente? Pode descrevê-la?

Como reagiu ou como viveu essa situação?

O que pensa que poderá ter contribuído para que essa situação acontecesse?

Em que contextos considera que estas situações acontecem com maior frequência, se é que acontecem?

Recorda-se de alguma situação que tenha marcado a forma como vê a convivência entre pessoas de diferentes origens?

Segurança e Pertença

Como descreve o seu sentimento de segurança no dia a dia? Existem situações ou contextos em que se sente mais ou menos seguro(a)?

Existem locais ou zonas da cidade onde se sente particularmente confortável ou onde gosta de estar? O que faz com que esses locais sejam importantes para si?

Existem locais ou zonas da cidade que tende a evitar ou onde se sente menos confortável? Pode explicar porquê?

De que forma sente (ou não) que faz parte da comunidade onde vive?

Necessidades e Recursos

Quais considera serem atualmente os principais desafios que enfrenta enquanto pessoa migrante?

Que pessoas, serviços ou instituições foram mais importantes ao longo do seu percurso em Portugal?

Que tipo de apoio considera que faria maior diferença na vida das pessoas migrantes?

Discursos Públicos

Que tipo de comentários ou opiniões costuma ouvir sobre imigração ou sobre pessoas migrantes?

De que forma, se é que acontece, considera que esses discursos influenciam o ambiente ou as relações entre as pessoas?

Reflexão Final

Na sua opinião, o que poderia contribuir para melhorar a integração e o bem-estar das pessoas migrantes em Portugal?

Há algum aspeto relacionado com a sua experiência enquanto pessoa migrante que considere importante e que eu não lhe tenha perguntado?

Apêndice E

Estrutura do diário de campo

Tabela E1

Grelha de Registo do Diário de Campo (Observação Direta e Participante)

Observação Direta e Participante					
Data, hora e local	**Descrição geral do espaço**	**Descrição física das pessoas presentes**	**Ação e discurso observados**	**Ambiente**	**Reflexões**

Apêndice F

Parecer da Comissão de Ética

U.PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE DO PORTO

COMISSÃO DE ÉTICA

PARECER (Ref.ª 2026-05-09b)

A Comissão de Ética (CdE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, tendo reapreciado os documentos do projeto de investigação denominado **"Migração, quotidiano urbano e avaliação de necessidades: um estudo de inspiração etnográfica no Bonfim" (título provisório)**, submetidos para apreciação ética por **Ana Rita dos Santos Silva** e com orientação **da Profª Doutora Marta Pinto,** emitiu um **Parecer Favorável** à realização da pesquisa.

Parecer favorável
A CdE é favorável à realização do projeto tal como apresentado.

FPCEUP, 29 de junho de 2026

O Presidente da CdE,

Cristina Rocha

Prof. Doutor Rui Alexandre Alves

Rua Alfredo Allen – 4200-135 – Porto – Portugal - TEL.: 351 226079700 – FAX: 351 226079725 – URL: www.fpce.up.pt